

BOLETIM DE PRECEDENTES

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas

NUGEPNAC – TRT/MG

Edição n. 42 – 1º/12/2022 a 9/1/2023

STF

REPERCUSSÃO
GERAL

ADI, ADC e
ADPF

STJ

CASOS
REPETITIVOS

IAC-STJ

TST

IRR-TST

IAC-TST

ArgInc-TST

TRT-MG

IRDR

IAC-TRT

ArgInc-TRT

NOTÍCIAS / DESTAQUES



JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG)

O Boletim de Precedentes reúne os andamentos de maior relevância nos processos formadores de teses e de precedentes qualificados no âmbito do STF, TST, STJ e deste TRT da 3ª Região.

Repercussão Geral - STF

Acesse a [página de temas da repercussão geral de interesse da Justiça do Trabalho](#).

ACÓRDÃO PUBLICADO NO TEMA 1004

[TEMA 1004 \(RE 629647\)](#) “Discussão relativa à existência de litisconsórcio passivo necessário de sindicato representante de empregados diretamente afetados por acordo celebrado em ação civil pública entre empresa de economia mista e Ministério Público do Trabalho”.

Andamento: [Acórdão](#) publicado em 9/1/2023.

Relembre a tese publicada em 8/11/2022: “Em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho em face de empresa estatal, com o propósito de invalidar a contratação irregular de pessoal, não é cabível o ingresso, no polo passivo da causa, de todos os empregados atingidos, mas é indispensável sua representação pelo sindicato da categoria”.

Suspensão: **NÃO** houve determinação.

OFÍCIO E DESPACHO DE DESSOBRESTAMENTO NO TEMA 1046

[TEMA 1046 \(ARE 1121633\)](#) “Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente”.

Andamento: [Ofício Circular nº 13/SEJ e despacho do STF](#).

Relembre a tese publicada em 14/6/2022: “São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis”.

Anotação NUGEPNAC: nos termos da [Nota Técnica n. 2/CI/2022](#), da Comissão de Inteligência deste Tribunal, “(...) o momento adequado para o encerramento da suspensão de processos por temas de repercussão geral e ações de controle concentrado (ADI, ADC e ADPF) é a data da publicação da ata de julgamento em sessão plenária do STF”.

Suspensão: **ENCERRADA**.

ATA DE JULGAMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO TEMA 1142

[Tema 1142 \(RE 1309081\)](#) “Possibilidade de fracionamento da execução de honorários advocatícios sucumbenciais fixados em ação coletiva contra a Fazenda Pública, proporcionalmente às execuções individuais de cada beneficiário substituído”.

Andamento: Embargos de declaração rejeitados. [Acórdão publicado em 16/12/2022](#).

Relembre a tese jurídica publicada em 18/6/2021 (reafirmação da jurisprudência dominante sobre a matéria): “*Os honorários advocatícios constituem crédito único e indivisível, de modo que o fracionamento da execução de honorários advocatícios sucumbenciais fixados em ação coletiva contra a Fazenda Pública, proporcionalmente às execuções individuais de cada beneficiário, viola o § 8º do artigo 100 da Constituição Federal*”.

Suspensão: **NÃO** houve determinação.

ADI, ADC e ADPF - STF

Acesse a [página com as ações de controle concentrado \(ADI, ADC e ADPF\)](#).

IRR - TST

Acesse a [página de Incidentes de Recursos Repetitivos do TST](#).

IAC - TST

Acesse a [página de Incidentes de Assunção de Competência \(IAC\) do TST](#).

ArgInc - TST

Acesse a [página de Incidentes de Arguição de Inconstitucionalidade \(ArgInc\) do TST](#).

CASOS REPETITIVOS – STJ

Acesse a [página de Casos Repetitivos do STJ](#).

IAC – STJ

Acesse a [página de Incidentes de Assunção de Competência \(IAC\) do STJ](#).

IRDR TRT-MG

Acesse a [página de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas \(IRDR\) do TRT da 3ª Região](#).

PUBLICADO ACÓRDÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO TEMA 11

TEMA 11 ([IRDR 0010122-34.2021.5.03.0000](#)) “Data do trânsito em julgado da ação. Necessidade de definição do marco temporal para efeito da aplicação dos §§ 12 e 15 do art. 525 do CPC. Controvérsia acerca da adoção da data certificada no final da ação ou da fixada por meio da retroatividade do trânsito em julgado, quando existentes recursos não admitidos ou não conhecidos em face da última decisão de mérito proferida no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região”.

Relator: Des. Emerson José Alves Lage

Processo de origem: [ATSum 0011741-43.2016.5.03.0042](#)

Andamentos: providos os embargos de declaração para prestar esclarecimentos, sem imprimir efeitos modificativos ao julgado. [Acórdão publicado em 7/12/2022](#).

Relembra a tese publicada em 22/9/2022: "INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR). TEMA N. 11. DEFINIÇÃO DO MARCO TEMPORAL PARA EFEITO DA APLICAÇÃO DOS §§ 12 E 15 DO ART. 525 DO CPC. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO A SER OBSERVADA. A data do trânsito em julgado, ainda que haja recursos inadmitidos ou não conhecidos, não retroage, devendo ser aquela certificada nos autos, ao final do processo. Este é o marco temporal a ser observado para que se defina entre a aplicação do § 12 ou do § 15 do art. 525 do CPC (arguição de inexigibilidade da obrigação reconhecida em título executivo judicial ou ajuizamento de ação rescisória, respectivamente), salvo nas estritas hipóteses de

recurso intempestivo ou manifestamente incabível ou de matéria não impugnada (Súmula 100, II e III, do TST)."

Suspensão: NÃO houve determinação.

IAC TRT-MG

Acesse [a página de Incidentes de Assunção de Competência \(IAC\) do TRT da 3ª Região.](#)

ArgInc TRT-MG

Acesse [a página de Incidentes de Arquição de Inconstitucionalidade \(ArgInc\) do TRT da 3ª Região.](#)

NOTÍCIAS / DESTAQUES

TST INSTAURA 2 NOVOS TEMAS DE INCIDENTE DE RECURSO DE REVISTA REPETITIVO (IRR)

O TST acolheu a proposta de instauração de dois novos incidentes de recurso de revista repetitivos (IRR):

[TEMA 19 de IRR/TST](#)

Processo paradigma: TST-IRR-897-16.2013.5.09.0028

“Acordo de Compensação de Jornada – Aferição da Invalidez Semana a Semana – Súmulas 85, IV, do TST e 36 do TRT da 9ª REGIÃO – Compatibilidade ou Conflito”.

[TEMA 20 de IRR/TST](#)

Processo paradigma: TST-IRR-10134-11.2019.5.03.0035

“Em razão da fixação dos Temas Repetitivos nos 955 e 1.021 pelo STJ, que remetem à Justiça do Trabalho o exame da pretensão de indenização das perdas decorrentes da impossibilidade de incluir, no benefício de complementação de aposentadoria, parcelas de natureza

salarial não reconhecidas como tal pelo empregador ou, então, não quitadas oportunamente, quais seriam o marco inicial e prazo prescricional aplicáveis?”

Esses e outros temas repetitivos do TST podem ser consultados no Portal do TRT3, na página “[Incidentes de Recursos Repetitivos \(IRR\)](#)”.

ENCERRAMENTO DO IV ENCONTRO NACIONAL DE PRECEDENTES QUALIFICADOS

Em pronunciamento feito no dia 1º de dezembro, por ocasião do encerramento do “IV Encontro Nacional de Precedentes Qualificados”, promovido pelo STF em parceria com o STJ, o Ministro Gilmar Mendes afirmou que o “respeito aos precedentes não representa desapareço à independência do julgador”.

Mendes destacou que é “imprescindível e importante” trabalhar com precedentes qualificados e fortalecer a cultura de precedentes no Brasil. Salientou, ainda, que a observância do sistema de precedentes é um caminho para a realização da garantia constitucional da segurança jurídica.

[Veja notícia na íntegra.](#)